

Que política energética para Portugal?

Por
João de Jesus Ferreira¹

Há alguns dias, por ocasião da conferência realizada em Lisboa sobre a energia nuclear, fui criticado por afirmar que não existe uma política energética para Portugal, digna desta designação.

Insisto nesta ideia reafirmando-a convictamente. Na realidade, não há nem nunca houve uma política energética para Portugal, salvo quando Luís Mira Amaral foi Ministro da Indústria e Energia, e iniciou, com Nuno Ribeiro da Silva, um processo de organização política para o sector da energia, nas suas vertentes principais: a da oferta e a da procura. Infelizmente este processo não só não teve continuidade como também foi destruído pelos vários governos que se seguiram.

Mas que política energética existe, na realidade, para Portugal?

Será que a existência de uma lista de intenções, traduzidas em medidas avulsas, constituem uma política energética coerente, integradora e capaz de alterar profundamente o nosso péssimo perfil energético? Não me parece! O próprio Governo, ao publicitar esta lista de intenções, teve o cuidado de não a classificar como política energética, mas sim e apenas «Uma estratégia...».

Se não, vejamos o que os mentores daquela lista entendem por política energética:

1. Desenvolvimento de projectos de energia eólica, satisfazendo as exigências europeias (**por imposição da União Europeia**) e os lobbies empresariais do sector, sendo pago (pelos portugueses) cerca de 0,50€ (100 escudos) por cada kWh entregue à rede nacional. ... Com estes preços, até apetece instalar um grupo electrogéneo diesel, e produzir electricidade, para vender, quando o vento não ocorrer.

Alguém acredita que é com a energia eólica que vamos cumprir as nossas obrigações relativas às emissões de CO₂?

Recorde-se que não existe um Plano Energético Nacional, actual, e que seja dinâmico, onde se integrem os impactos destas (e outras) medidas.

¹ Engenheiro (IST)
JesusFerreira Consultores

2. De aplaudir a aprovação dos regulamentos para a eficiência energética dos edifícios, **por imposição da União Europeia**. Mais um conjunto de regulamentos, a adicionar a muitos outros sobre a eficiência do consumo da energia, que ficarão por ser acompanhados, fiscalizados e cumpridos. E não é pessimismo, é mera constatação de factos! Veja-se o que se passa com o Regulamento da Gestão dos Consumos de Energia, ou o que se passou com os anteriores regulamentos “energéticos” para os edifícios.
3. Apresentação pública de uma lista de intenções avulsas cujo conteúdo merece aplauso, mas que não se sabe como serão implementadas e como serão integradas numa visão alargada para a energia em Portugal.
A organização que poderia trabalhar na formatação e estruturação destas intenções (a nossa Agência para a Energia-**ADENE**) está moribunda e a aguardar a unção dos enfermos. Veja-se o importante e relevante papel destas agências nos países europeus desenvolvidos. Por que está, a nossa, praticamente desactivada? Será que interesses pessoais e particulares preferem esta situação? Estou crente que sim.
4. A lista de intervenções, designada pelo Governo como sendo «Uma Estratégia Nacional para a Energia», contém cinco eixos de actuação:

“Liberalização dos mercados domésticos de gás e electricidade”. Nada de novo! Já está feito ou em vias de se concretizar por imposição da União Europeia.

“Criação de dois grandes operadores nacionais concorrentes no sector do gás e electricidade “. Absurdo! Não é suficiente a concorrência das eléctricas espanholas no nosso mercado? Enfraquecer a EDP, em benefício da Galp Energia, trará algum benefício para o consumidor? Será que esta medida reforça a capacidade da EDP (ou da Galp Energia) para concorrer no mercado ibérico através do infeliz MIBEL? A todas as dúvidas, a minha opinião é de que **NÃO!**

“Desenvolvimento de um operador sólido e de dimensão para transporte de gás e electricidade – REN “. Irrelevante, mas incoerente com o eixo anterior.

“Forte promoção do desenvolvimento das energias renováveis”. Parece-me bem, embora por imposição da União Europeia. Mas como? Com medidas avulso e fortemente distorcidas? Sem uma análise global de planeamento energético? Com que balanço para a nossa contabilidade nacional e para a produtividade energética da nossa economia? Creio que nenhuma análise integradora foi elaborada.

“Implementação de um plano para aumento de Eficiência Energética”. Ótimo! Mas qual plano? Que pensam os nossos governantes sobre esta matéria? Quem vai elaborá-lo e implementá-lo? A ADENE, que está praticamente inoperacional?

Com todas estas interrogações, que me parecem legítimas, não creio que exista, de facto, uma política energética para Portugal!